



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Teresina

SEMA - Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

EDITAL Nº 90012/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026 – SEMA/PMT

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00081.005677/2025-42

FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERESINA – PI, POR INTERMÉDIO DA ETURB – ENTIDADE AUTÁRQUICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA E DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ETURB – ENTIDADE AUTÁRQUICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, POR MEIO DE RECURSOS PROVENIENTES DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 966545/2024/MCIDADES/CAIXA.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 490,090,00 (Quatrocentos e noventa mil e noventa reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/04/2026 às 10:00H

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

MODO DE DISPUTA: ABERTO / FECHADO.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO.

GARANTIA PROPOSTA: NÃO.

EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025

PROCESSO SEI Nº 00081.005677/2025-42

FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

O Município de Teresina - PI, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, através da Supervisão de Processamento de Contratações Públicas SUPE-PCP-SEMA, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, na Forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024 e as demais exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Sistema eletrônico de compras: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF

OBS.: Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições do Termo de Referência, prevalecem as disposições do Termo de Referência-Anexo I do Edital.

PARTE GERAL

CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes da **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data e horário.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro ou agente de contratação em contrário.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Edital indicará se o fornecimento ou a prestação do serviço ocorrerão de forma continuada ou não.

2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.

2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no **Anexo I – Termo de Referência** – constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.

2.4. Caso se trate de aquisição de bens, a forma de fornecimento do objeto será definida na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com o detalhamento constante no Termo de Referência- Anexo I.

2.5. Caso se trate de **contratação de serviços**, a **Parte Específica** deste Contrato definirá o respectivo regime de execução.

2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, **a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:**

2.6.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.

2.6.2. O registro a que se refere o subitem 2.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024;

2.6.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.6.1, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

2.6.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

2.6.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

2.6.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.6.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao

Edital irá dispor sobre:

2.7.1. órgãos gerenciador e participantes;

2.7.2. adesões;

2.7.3. preços registrados e respectivos reajustes;

2.7.4. vigência.

2.8. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no cadastro de fornecedores e no sistema de compras indicados no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastro de fornecedores dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. Caso tenha previsão, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e suas alterações.

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, [§ 1º](#), art.43, da Lei Complementar 147/2014.

3.2.6. A **Parte Específica** do Edital irá definir a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.2.7. A **Parte Específica** do Edital irá definir a aplicação cota de até 25% (vinte e cinco por cento) nos bens de natureza divisível, para a contratação de microempresa e empresas de pequeno porte, nos termos do §1º artigo 47 da Lei Complementar nº 147/2014.

3.2.7.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.2.7.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.2.7.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preços ou entregas parceladas, a prioridade de aquisição dos produtos será das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para

atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de **empresas em consórcio**, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa- líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas **não poderão participar**, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1;

3.3.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração e condicionada a comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

3.3.8. A proposta deverá ser enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente

público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

3.12. A **Parte Específica** definirá a permissão de subcontratação.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.6 O licitante deverá em campo próprio do sistema eletrônico, que desenvolve programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.8. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.9. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Nos casos de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente edital.

4.7. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4.1 a 4.4.9 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de **garantia de proposta** como **requisito de pré-habilitação**.

4.16. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Anexo I- Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. A proposta de preços inicial deverá conter as características do produto ofertado, indicando obrigatoria e expressamente, a sua marca, **se for o caso**.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

5.7. Com a apresentação da proposta, o licitante declara estar ciente de que, nos termos da Lei nº6.247. de 18 de agosto de 2025, que deverá reservar no mínimo 10% (dez por cento) de vagas de emprego para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro ou agente de contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro ou agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos

melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro ou agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro ou agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro ou agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro ou agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco)

minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. **Havendo eventual empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.1.1 Os fornecedores que declararam que desenvolvem programas de integridade, quando solicitados pelo pregoeiro ou agente de contratação, apresentar documentação comprobatória, conforme modelo da definido pela Controladoria Geral da União, em atendimento ao disposto no Decreto nº 12.304/2024.

6.21.1.2. As empresas que declarem falsamente a existência do programa de integridade, serão inabilitadas, e estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação.

6.21.1.3. É importante registrar que os critérios de desempate são realizados de forma automática pelo sistema, obedecendo os critérios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro ou agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.1.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.1.3. Após a negociação do preço, o pregoeiro ou agente de contratação iniciará a fase de aceitação e

julgamento da proposta.

6.23.DO ENVIO, DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.23.1. Após a negociação, o pregoeiro ou agente de contratação convocará o licitante classificado em primeiro lugar, para que, no prazo não inferior a 02(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1.1. É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23.1.2. O pregoeiro ou agente de contratação verificará a proposta apresentada, e a desclassificará, motivadamente, se não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.23.1.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

6.23.1.4. O agente público responsável pela condução do certame **poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade contratante ou de terceiros**, para orientar sua decisão.

6.23.1.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.23.1.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.23.1.7. O licitante deverá apresentar, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.24. Será desclassificada a proposta que:

6.24.1. conter vícios insanáveis;

6.24.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.24.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.24.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.24.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.25. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.25.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 6.25, só será considerada após diligência do pregoeiro ou agente de contratação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.26. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.26.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

6.26.1.1. Serão aceitos, para fins de comprovação da exequibilidade dos preços ofertados, documentos como contratos anteriormente firmados, bem como notas fiscais emitidas dos 12(doze) últimos meses da data de abertura do certame.

6.26.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

6.26.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

6.26.4 Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

6.26.5 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

6.26.6 Estudos setoriais;

6.26.7 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

6.26.8 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.27. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.28. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja majoração do preço.

6.28.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.28.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.28.3. O prazo concedido para saneamento ou diligências na proposta apresentada pela licitante será de 02(duas) horas.

6.28.3.1. É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar, por até 12(doze) horas, o prazo estabelecido no subitem 6.28.3, desde que haja solicitação devidamente fundamentada da licitante, realizada por meio do chat, antes do término do referido prazo.

6.28.3.2. A inobservância, por parte da licitante, da resposta integral a todos os questionamentos formulados na fase de diligência implicará em sua imediata desclassificação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

6.29. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos documentos enviados pelo licitante vencedor, o pregoeiro ou agente de contratação exigirá **apresentação de amostra** do item no prazo estabelecido no **Termo de Referência-Anexo I**.

6.29.1. A amostra deverá ser encaminhada conforme local, data e horário estabelecidos pelo pregoeiro ou agente de contratação.

6.29.2. A amostra, catálogo, manual ou ficha técnica será submetido à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.

6.29.3. A amostra, em análise, poderá vir a ser total ou parcialmente danificada, sem que isto implique qualquer ônus para a Contratante.

6.29.4. Em até **2 (dois) dias úteis** após o prazo de envio da amostra, a Administração remeterá ao pregoeiro ou agente de contratação relatório, aprovando ou desaprovando o item submetido à análise prévia.

6.29.5. Em sendo desaprovado o item ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances, o pregoeiro ou agente de contratação deverá notificar o licitante classificado em segundo lugar para, observados os procedimentos dos subitens anteriores, também apresentar sua amostra ou ficha técnica do material.

6.29.6. Os procedimentos dos itens acima deverão ser repetidos até que seja verificada a compatibilidade

da amostra ou das informações da ficha técnica com as especificações técnicas exigidas no Edital.

6.29.7. A amostra aprovada pela Administração servirá de prova para a rejeição de material entregue em desconformidade com o Edital. Não será considerada como parte do material e somente será devolvida após o aceite definitivo da totalidade do item contratado.

6.29.8. A aprovação prévia de item mediante a análise de ficha técnica ou catálogo do fabricante durante a realização do pregão eletrônico não obriga a Contratante receber definitivamente o material se, por ocasião do aceite definitivo, for constatada desconformidade do material entregue com a prescrição edilícia.

6.29.9. A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após exaurida a fase recursal.

6.29.10. O recolhimento da amostra (aprovada ou rejeitada) por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da comunicação pela Administração para sua retirada, sob pena do material ser considerado abandonado.

6.29.11. A **Parte Específica** deste Edital pode definir os **termos específicos da amostra**.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. O pregoeiro ou agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.1.5. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*

7.1.6. *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital.*

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Realizar as diligências necessárias para verificar a veracidade das declarações apresentadas pelo licitante no sistema eletrônico.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital (habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.1.1. Caso o Cadastro eletrônico de fornecedor indicado na **Parte Específica** não contemple todos os documentos relativos a habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira), será concedido o prazo de 02(duas) horas, contadas da convocação no chat do sistema, para o envio dos documentos complementares.

8.1.1.1. O prazo previsto no item 8.1.1 poderá, mediante justificativa, ser prorrogado por igual período.

8.1.2. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.1.3. Para fins de validade, serão aceitos os documentos emitidos a partir da data de abertura do certame.

8.2. Caso a **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido **garantia de proposta como requisito de pré-habilitação**, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2.1. Será considerada válida apenas a garantia emitida antes da data de abertura, tendo em vista que a garantia de proposta, no valor de até 1% (um por cento) do valor estimado para o certame, tem como finalidade demonstrar a seriedade da oferta apresentada pelo licitante e assegurar a Administração contra eventuais prejuízo caso o concorrente vencedor não assine o contrato.

8.2.1.1. O valor da garantia de proposta poderá ser calculado com base no percentual aplicado sobre o valor total dos lotes ou itens de interesse do licitante, em conformidade com o Acórdão TCU nº 6.116/2025 – 1ª Câmara.

8.2.1.2. Para fins da garantia proposta, o licitante deverá observar as modalidades dispostas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21, sendo elas: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma de escritural, seguro-garantia ou fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

8.2.1.3. Para fins de **fiança bancária**, o depósito deverá ser realizado na seguinte conta: **Banco do Brasil – Agência nº 3791-5, Conta Corrente nº 75.336-X**, em nome da **Prefeitura Municipal de Teresina (PI)**, CNPJ nº **06.554.869/0001-64**.

8.2.2. Em razão da inoperância do sistema Compras.gov, que não aceita o cadastro prévio da garantia de proposta, a licitante deverá encaminhar a garantia no momento do envio da proposta readequada, para fins de comprovação.

8.2.3. O não cumprimento dessa exigência do item 8.2.1. implicará na imediata retirada do licitante do certame.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro ou agente de contratação.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.4.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.4.2.2 Os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação**, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, caso haja indícios de qualquer ilegalidade, será aberto procedimento apartado para apuração da infração administrativa ou eventual crime. De toda forma, a situação será apurada de acordo com o caso concreto e será punida na medida de suas condutas.

8.6.1.Segundo entendimento consolidado do TCU “A documentação exigida deve restringir-se ao rol definido pelos arts. 66 a 69 da Lei 14.133/2021, ou seja, nada mais poderá ser exigido, a não ser para atendimento a Leis especiais”. Além disso, tem-se que o requisito de habilitação social em questão possui caráter absoluto, ou seja, deve ser exigido em todos os casos, não havendo margem para a Administração para sua dispensa. Pela literalidade da lei, portanto, e considerando o entendimento da Corte de Controle Externo, tem-se que o documento exigido, via de regra, pela Administração, na fase de habilitação, para fins de comprovação da observância da Lei nº 8.213/91, seria a declaração prevista no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021.

8.6.2.Em observância aos princípios da legalidade e isonomia, caso o licitante declare que cumpre a cota de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, e se for constatado, através da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, expedido pelo MTE (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>), que o número de PCD s é inferior ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, o mesmo não será inabilitado de imediato, pois o TCU entende que a certidão emitida pelo MTE é apenas uma das formas de informar o cumprimento da medida, sendo possível a licitante comprovar o preenchimento por meio de dados do e- Social, de contratos de trabalho, comprovantes de vínculo empregatício ou quaisquer outros meios de provas admitidos em direito.

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

8.8. A verificação pelo pregoeiro ou agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido no sistema eletrônico.

8.8.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.9. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para **apurar fatos existentes à época da abertura do certame**; e

8.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10.3. O prazo concedido para as respostas às diligências, saneamentos ou complementações realizadas aos licitantes será de 02(duas) horas.

8.10.3.1.É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar, por até 12(doze) horas, o prazo estabelecido no subitem 8.10.3, desde que haja solicitação devidamente fundamentada da licitante, realizada por meio do chat, antes do término do referido prazo.

8.10.3.2.A inobservância, por parte da licitante, da resposta integral a todos os questionamentos formulados na fase de diligência implicará em sua imediata inabilitação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o disposto no subitem 8.1 do Edital.

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.15 Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, do IBGE.

k) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido

pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

l) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.16.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.16.2.1. A **Parte Específica** discriminará as exigências de qualificação técnica.

8.16.2.1.1. A **Parte Específica** discriminará as exigências técnicas relevantes para o objeto a ser executado, no entanto, deverá ser observado também:

- a) Apresentar prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, **quando for o caso**;
- b) Apresentar registro ou inscrição na entidade profissional competente, **quando for o caso**;
- c) Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- d) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- i) Quando for prevista a **subcontratação no Termo de Referência, Anexo I**, a licitante deverá apresentar atestados do potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado.
- i.1) Caso a licitante não pretenda subcontratar, deverá apresentar declaração expressa informando que executará integralmente o objeto da contratação, sem a utilização de subcontratação.

8.16.2.2. Da qualificação técnica dos consórcios, o pregoeiro ou agente de contratação deverá observar:

a) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

a.1) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

a.2) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

a.3) Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

a.4) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.16.2.3. A qualificação técnica é um passo crucial para garantir que o contratante selecione fornecedores ou prestadores de serviços com a experiência, capacidade técnica e os recursos necessários para cumprir com as obrigações contratuais. A exigência dos atestados ajuda a assegurar que a execução do contrato será realizada com competência e dentro dos padrões de qualidade esperados, devendo o pregoeiro ou agente de contratação observar se os atestados emitidos são do âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.16.2.4. Para fins de verificação da veracidade dos atestados apresentados, o pregoeiro ou agente de contratação deverá:

a) Verificar nos documentos apresentados, as seguintes informações, **quando o emissor for órgão público**: o número do processo administrativo que originou a contratação; a modalidade de licitação utilizada, inclusive nos casos de adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão da Administração Pública; ou, quando aplicável, a forma de contratação adotada nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Deverão constar ainda o número do certame licitatório correspondente (ou da dispensa/inexigibilidade), o número do instrumento contratual, a descrição do objeto do contrato, o prazo contratual com indicação do período de vigência, bem como o relato do fiscal do contrato sobre o comportamento e a atuação da contratada durante a execução, declarando que a prestação do serviço ou a entrega do bem foi realizada de forma satisfatória.

b) Em relação aos atestados emitidos por **pessoa jurídica de direito privado**: caberá ao agente de contratação ou ao pregoeiro exercer o poder de diligência para verificar a validade dos documentos apresentados com a finalidade de comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, de modo a assegurar a verificação da competência da empresa e a preservação do interesse público.

c) Quanto às **assinaturas nos atestados de capacidade técnica** devem ser observadas as seguintes orientações: os documentos assinados digitalmente por pessoa física ou jurídica com validade jurídica devem conter certificado digital que identifique o signatário junto ao sistema público; o certificado digital vinculado à assinatura deve ser validado por meio de sistema compatível com as normas estabelecidas pela ICP-Brasil; o certificado digital utilizado na assinatura deve estar dentro do prazo de validade no momento da apresentação do documento; os documentos assinados com certificados emitidos pela ICP-Brasil possuem a mesma validade jurídica que aqueles em papel, com assinaturas manuscritas, conforme o artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Importante destacar que a assinatura digitalizada consiste apenas na reprodução, em formato de imagem, de uma assinatura manuscrita no ambiente virtual, não garantindo, portanto, a autoria nem a integridade do documento eletrônico, uma vez que essa imagem pode ser copiada ou reproduzida sem o consentimento do signatário. Nesse caso, será oportunizado ao licitante comprovar a autenticidade da assinatura constante no atestado.

c.1) Caso não seja comprovada a autenticidade da assinatura estabelecido na alínea c., a licitante deverá ser inabilitada.

d) É importante salientar que a apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso, à evidência de conluio entre as empresas envolvidas, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade e conduz à declaração de inidoneidade, tanto da empresa que emitiu o atestado quanto da que o apresentou, para participar de licitação na Administração Pública, consoante Acórdão 29/2024-Plenário, Relator: Walton Alencar Rodrigues.

e) As empresas que utilizam documentos falsos para vencer licitações violam princípios constitucionais como a moralidade, a legalidade e a igualdade, configurando, ainda, a prática dos seguintes crimes: falsificação de documento público (art. 297), falsificação de documento particular (art. 298), falsidade ideológica (art. 299) e uso de documento falso (art. 304), todos previstos no Código Penal.

f) O pregoeiro ou agente de contratação deverá considerar, para fins de análise e julgamento dos atestados, o entendimento consolidado no **Boletim de Jurisprudência do TCU nº 548, de 28 de julho de 2025**, relativo ao **Acórdão TCU nº 1490/2025-Plenário**, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, cujo sumário dispõe sobre a **apresentação de atestados de capacidade técnica com conteúdo falso**, no âmbito de **pregão eletrônico**, reconhecendo tal conduta como **irregularidade grave**, passível de **declaração de inidoneidade**, diante da **insuficiência das razões recursais para afastar a irregularidade**.

8.16.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.16.3.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observadas as exigências estabelecidas no **Termo de Referência – Parte Específica**, bem como as **exigências abaixo relacionadas**.

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de

09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

b.1) Caso a certidão apresentada seja positiva, a licitante deverá comprovar o acolhimento ou a homologação de seu plano de recuperação judicial ou extrajudicial, respectivamente, pelo juízo competente;

b.2) Por força do disposto no art. 4º da Lei 5.764/1971, as Cooperativas estão desobrigadas de apresentar a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial, entretanto, deverão apresentar declaração própria de não haver contra si qualquer processo de liquidação judicial ou extrajudicial;

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c.1) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

c.2) No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos.

d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.16.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) Deverá comprovar que possui patrimônio líquido não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial de demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.16.3.1. No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

8.16.3.2. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de

encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

8.16.3.3. No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

8.16.3.4. Em se tratando de consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) a ser definido na **Parte Específica**, dos valores de patrimônio líquido exigidos para o LICITANTE individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação na constituição do consórcio, calculado pela seguinte equação:

$$PLCCons = PLC \times PartC$$

Onde:

PLCCons = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do consórcio;

PLC = Patrimônio líquido do consorciado;

PartC = Participação do consorciado no consórcio.

8.16.3.5. O acréscimo previsto no item anterior **não será aplicável aos consórcios compostos**, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

8.16.3.6. Para fins de apresentação do balanço patrimonial referente ao último exercício, será considerado o prazo de 30 de abril de 2025, ou seja, deverão ser apresentados os balanços patrimoniais dos exercícios de 2023 e 2024, conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Teresina nº 612/2002-PLCCA/PGM.

8.16.3.7. Sendo ME/EPP, deverão apresentar declaração assinada pelo contador que possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujo valores somados não extrapolam a receita bruta admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, no ano- calendário de realização desta licitação.

8.16.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.16.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de

inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.16.4.3.Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- e) A comprovação de integralização das respectivas quotas -partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- g) A última auditoria contábil- financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.16.5. DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA

8.16.5.1.A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.16.5.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.16.5.3.O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.16.5.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.16.5.5. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas através dos contatos indicados no item da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.16.5.6. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.16.5.7.Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.16.6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

8.16.6.1.Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;

- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

11. DO CONTRATO

11.1 Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. **Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame**, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

12.1.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito, sem prejuízo da aplicação das

penalidades cabíveis.

12.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.1.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.1.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Durante a fase externa do certame, por meio do sistema, a pregoeira encaminhará solicitação aos demais licitantes para que, no prazo máximo 02(duas) horas, manifestem o interesse em integrar o cadastro reserva.

13.2. Caso convocados, os interessados devem acessar o sistema para declarar seu interesse em integrar o cadastro reserva, comprometendo-se a cotar os preços unitários iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame originário, ou aos seus melhores preços ofertados no certame originário.

13.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

13.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou nos casos de não assinatura da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal n° 25.627, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2024.

13.5. A apresentação das novas propostas e a análise dos documentos de habilitação, decorrentes da manifestação de interesse em integrar o cadastro reserva, será feita em momento posterior, se houver necessidade de convocar os integrantes do cadastro reserva.

14. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

14.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA.

14.2. Além do gerenciador, **caso tenha previsão na Parte Específica**, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços aqueles que manifestaram intenção de participação em procedimento público de intenção de registro de preços, que estão discriminados em anexo deste Edital.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e declarados os vencedores, a adjudicação e a homologação serão realizadas pela Autoridade Superior.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em

especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.6. fraudar a licitação;

16.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

16.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 16.1.3 e 16.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 16.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro ou agente de contratação.

17.3 As regras relacionadas ao Reajuste de preços e Reequilíbrio Financeiro estão descritas no Termo de Referência, anexado a este Edital.

17.4 As condições de Entrega dos bens a serem adquiridos se encontram fixadas no Termo de Referência, anexado a este Edital.

17.5 As Regras de Gestão e Fiscalização do Contrato estão previstas no Termo de Referência,

anexado a este Edital.

17.6 As orientações de Recebimento, Liquidação e Pagamento estão previstas no Termo de Referência, anexado a este Edital.

17.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.12. Para fins de aceitabilidade da proposta ou habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação analisará possíveis sinais de formação de cartel, sendo:

- a) Propostas eletrônicas enviadas do mesmo e-mail ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;**
- b) Propostas eletrônicas do mesmo endereço ou que possuam os mesmo dados de contato, ou mesmo representante;**
- c) Propostas submetidas eletronicamente ou editadas por uma pessoa ou por empresa concorrente;**
- d) Documentos com a mesma formatação, redação ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;**
- e) Documentos com selos de autenticação ou postagem idênticas ou sequenciais.**

17.12.1. Constatado qualquer indício de formação de cartel, as licitantes serão desclassificadas ou inabilitadas, sem prejuízo as demais sanções previstas em lei.

17.12.2. O pregoeiro ou agente de contratação que, diante de indícios ou suspeitas, deixar de realizar as análises necessárias para identificar possível formação de cartel poderá responder por omissão, nos termos da legislação vigente.

17.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.15. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

17.16. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro ou agente de contratação.

17.17. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

17.18. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

17.19 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I.

17.20. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

A) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

A.1- Apêndice do Anexo I- Estudo Técnico Preliminar;

B) ANEXO II-MINUTA DE CONTRATO;

C) ANEXO III- FOMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA;

PARTE ESPECÍFICA	
As informações específicas sobre a Licitação, a seguir apresentadas, complementarão, suplementarão ou modificarão as disposições constantes da Parte Geral.	
EM CASO DE CONFLITO, PREVALECERÃO AS DISPOSIÇÕES AQUI CONTIDAS.	
Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Sistema Eletrônico utilizado no certame: https://www.gov.br/compras/pt-br Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF Data de Abertura: 30/04/2026 Horário de Abertura: 10:00h horário de Brasília/DF INFORMAÇÕES: comissaocompras.sema@pmt.pi.gov.br
2.1	O objeto da presente licitação é eventual aquisição de equipamentos de Engenharia e de Equipamentos de Processamento de dados, destinados a atender às necessidades da ETURB – Entidade Autárquica de Desenvolvimento Urbano, por meio de recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 966545/2024/MCIDADES/CAIXA.
2.1.1	() O objeto licitado será fornecido de forma continuada. (X) O objeto licitado não será fornecido de forma continuada.
2.2	(X) A forma de adjudicação do objeto será por lote. () A forma de adjudicação do objeto será por item.
2.3	(X) O valor estimado da contratação é de R\$ 490,090,00 (Quatrocentos e noventa mil e noventa reais). () O valor estimado da contratação é sigiloso.
2.4	() A entrega dos bens ocorrerá de forma parcelada. (X) A entrega dos bens ocorrerá de forma não parcelada.
2.6	(X) A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços. () A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços com cadastro de reserva.
3.2.6 e 3.2.7	(X) A presente licitação é não possui destinação para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. () A presente licitação é diferenciada com cota principal e cota reservada para ME/EPP/MEI. () A presente licitação é diferenciada com cota principal, cota reservada pra ME/EPP/MEI e itens exclusivos para ME/EPP/MEI. A presente licitação é de ampla concorrência.

3.3	<p>(X) Não é permitida a participação de consórcio de empresas, conforme Termo de Referência- Anexo I.</p> <p>() É permitida a participação de consórcio, conforme Termo de Referência- Anexo I</p>
3.11	<p>(X) Não será permitida a participação das cooperativas no certame, conforme Termo de Referência- Anexo I.</p> <p>() Será permitida a participação das cooperativas no certame, conforme Termo de Referência- Anexo I.</p>
3.12	<p>() Será permitida a subcontratação, conforme Termo de Referência- Anexo I.</p> <p>(X) Não será permitida a subcontratação.</p>
4.1	<p>(X) A fase habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.</p> <p>() A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.</p>
4.15 e 8.2	<p>() Será exigida garantia de proposta.</p> <p>(X) Não será exigida garantia de proposta.</p>
5.6	<p>(X) A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua entrega, conforme Termo de Referência -Anexo I.</p> <p>() A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua entrega, conforme Termo de Referência - Anexo I.</p>
6.1	<p>() O critério de julgamento será MENOR PREÇO DO ITEM observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>(X) O critério de julgamento será MENOR PREÇO POR LOTE observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>() O critério de julgamento será MENOR PREÇO GLOBAL observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p>
6.9	<p>(X) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 0,10 (dez centavos).</p> <p>() O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 100,00 (cem reais).</p>
6.11	<p>() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “ABERTO ”</p> <p>(X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “ABERTO-FECHADO”.</p> <p>() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “ FECHADO-ABERTO”.</p>
6.29.11	<p>(X) Não haverá solicitação de amostra.</p> <p>() Haverá solicitação de amostra, conforme Termo de Referência-Anexo I.</p>

8.16.2.1 e 8.16.2.1.1.	(X) Deverá apresentar atestados que comprovem a aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, atendendo as especificações previstas no Termo de Referência, Anexo I.
8.16.3, “c” e “g”	(x) A licitante deverá apresentar índice econômico igual ou superior a 01 (um) nos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente (x) A licitante deverá comprovar que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.
8.16.3 “d”	(x) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.16.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
9.3	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados no sistema https://www.gov.br/compras/pt-br bem como para e-mail do Pregoeiro ou agente de contratação: comissacompras.sema@pmt.pi.gov.br
10.10	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br
Pregoeiro ou agente de contratação e E-mail:	Nome: Carmem Cibelle Carvalho Arêa Leão de Sá E-mail: comissacompras.sema@pmt.pi.gov.br

Teresina – PI, 30 de março de 2026

Laura de Carvalho Oliveira

Supervisora de Processamento de Contratações Públicas - SEMA/PMT

Nayara Daniela Barros Silva

Coordenadora da Central de Contratações Públicas

VISTO:

Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ANEXO II- MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DECORRENTE DO PREGÃO Nº (...) QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE TERESINA – PI, POR INTERMÉDIO DA ENTIDADE AUTÁRQUICA

TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ETURB, E DO OUTRO, COMO
CONTRATADA, A EMPRESA XXXXXXXXXX

O Município de Teresina – PI, por intermédio da XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede (endereço completo), neste ato representado por seu XXXXXXXXXXXXXXXX portador(a) da Cédula de Identidade nº (...), inscrito (a) no CPF sob o nº (.....); e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (...), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (...), portador(a) da carteira de identidade RG nº (...), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico n. constante no Processo Administrativo SEI nº 00081.005677/2025-42, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2023 e o Decreto Municipal Nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica** deste Contrato, incluído o Termo de Referência constante nos autos, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

1.2. A **Parte Específica** definirá se o contrato se origina de Pregão Eletrônico ou contratação direta, indicando o fundamento legal utilizado para a dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação do objeto descrito na Parte Específica deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato indicará se o fornecimento ou a prestação do serviço ocorrerão de forma continuada ou não.

2.2. Caso se trate de contratação de serviços, a Parte Específica deste Contrato definirá o respectivo regime de execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Caso se trate de fornecimento de bens, deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.1.1. O prazo e local de entrega do objeto se encontram previstos na Parte Específica.

3.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária no prazo previsto na Parte Específica, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo previsto na Parte Específica, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente, mediante termo detalhado, no prazo previsto na Parte Específica, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

3.2. Caso se trate da prestação de serviços, deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na Parte Específica, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo previsto na Parte Específica deste Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.2.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo previsto na Parte Específica, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ética profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor do presente Termo de Contrato está previsto na **Parte Específica**.

4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

5.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.7. A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer

ônus para a Contratante.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas: $I=(TX/100)/365$ $EM= I \times N \times VP$, onde: I = índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, salvo se outro for definido na Parte Específica deste Contrato.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

6.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O índice a ser aplicado corresponde ao acumulado no período de um ano.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.10. Nos casos em que não tenha havido pedido de reajuste anterior, o índice a ser aplicado deve corresponder ao acumulado no período de um ano contado do pedido de reajuste, que passará a ser o

marco também para novos reajustes.

6.11. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.

6.12. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

6.13. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.

6.14 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 a 132 da Lei n. 14.133/2021.

6.15. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Teresina - Pi, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia como condição para a assinatura do contrato.

8.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionada.

8.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

8.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLAÚSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços executados, para que sejam feitas as correções pertinentes;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

9.1.6. Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Município de Teresina – PI.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

9.4. Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 147 a 149 e 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021

CLAÚSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

10.1.2. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato

10.1.3. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.1.4. Em se tratando de fornecimento de bens:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

a.1) As indicações referentes ao objeto deverão ser aquelas exigidas no Termo de Referência. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no Termo de Referência ou com aquele ofertado na proposta, se for o caso.

a.2) O objeto deve estar acompanhado dos itens previstos na Parte Específica.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Parte Específica, o objeto com avarias ou defeitos;

d) Comunicar à Contratante, no prazo previsto na Parte Específica, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) A Contratada deverá dar garantia do fabricante caso exigida na Parte Específica.

10.1.5. Em se tratando da contratação de serviços:

a) Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

b) Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

c) Cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

d) Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

- e) Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;
- f) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- g) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- h) Manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;
- i) Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;
- j) Arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;
- k) Apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;
- l) Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- m) Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;
- n) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;
- o) Reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;
- p) Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- q) Manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
- r) Submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- s) Fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;
- t) Prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

10.2. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na Parte Específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou

vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

11.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução dos serviços, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

12.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

12.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. A sanção prevista na alínea “a” do subitem 12.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A sanção prevista na alínea “b” do subitem 12.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 12.2.

12.6. A sanção prevista na alínea “c” do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem 12.2, quando não se justificar

a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, do subitem 12.2, bem como pelas infrações administrativas previstas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 12.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 12.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do referido subitem.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.11. O cálculo da sanção de multa observará os seguintes parâmetros:

12.11.1. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:

- a)** de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
- b)** de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
- c)** de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.11.2. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a)** Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b)** Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
- c)** Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

12.11.3. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a)** Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- b)** Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes dos arts. 157 a

160 da Lei n. 14.133/2021.

12.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

13.3.3. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

15.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, conforme previsto na **Parte Específica**, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município de Teresina – PI, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

15.2. Tratando-se de serviços ou fornecimentos continuados, o Contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

15.2.1. O serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;

15.2.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços ou do fornecimento tem

natureza continuada;

15.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;

15.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na manutenção do contrato;

15.2.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

15.2.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

15.2.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15.5. A Administração terá a opção de extinguir o contrato de serviço ou fornecimento continuados, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme art. 106, III, da Lei n. 14.133/2021.

15.6. Caso se trate de serviço não continuado, a Parte Específica deste Contrato irá definir o prazo de execução.

15.7. Caso se trate de serviço não continuado, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

15.7.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA– DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **Parte Específica** deste Contrato disporá sobre a possibilidade de subcontratação do objeto contratado.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;
- e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:
- e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;
- e.1.4) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;
- e.1.5) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- e.1.6) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;
- e.1.7) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;
- e.1.8) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;
- e.1.9) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

- e.1.10) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;
- e.1.11) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.
- e.1.12) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;
- e.1.13) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;
- e.1.14) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato
- 17.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.
- 17.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.
- 17.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.
- 17.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
- 17.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.
- 17.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
- 17.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.
- 17.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.
- 17.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.
- 17.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

- 18.1. São de responsabilidade das partes, sem prejuízo das demais obrigações constantes neste Contrato e

no Termo de Referência, os riscos relacionados na **Parte Específica** deste contrato, conforme tenha sido prevista matriz de riscos para a sua execução.

18.2. Caso as situações descritas no item 18.1 da **Parte Específica** venham a ocorrer, poderão ser adotadas as providências a seguir:

18.2.1. Utilização de seguros obrigatórios previamente definidos no contrato;

18.2.2. Restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato nos casos em que o sinistro seja considerado na matriz de riscos como causa de desequilíbrio não suportada pela parte que pretenda o restabelecimento;

18.2.3. Resolução do contrato quando o sinistro majorar excessivamente ou impedir a continuidade da execução contratual.

18.3. As providências elencadas no item 18.2 somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA DÉCIMA NONA– DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina -PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

PARTE ESPECÍFICA	
As seguintes informações específicas sobre o Contrato, a seguir apresentadas, complementarão, suplementarão ou modificarão as disposições constantes da Parte Geral.	
EM CASO DE CONFLITO, PREVALECERÃO AS DISPOSIÇÕES AQUI CONTIDAS.	
Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1.	Processo Administrativo: SEI nº 00081.005677/2025-42
1.2	(X) A presente contratação decorre do Pregão Eletrônico n. (...)
2.1	O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos de Engenharia e de Equipamentos de Processamento de dados, destinados a atender às necessidades da ETURB – Entidade Autárquica de Desenvolvimento Urbano, por meio de recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 966545/2024/MCIDADES/CAIXA.
2.1.1	() O fornecimento ocorrerá de forma continuada, tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante. (X) O fornecimento não ocorrerá de forma continuada.
3.1.1	A entrega do objeto será feita nos endereços informados pelos órgãos e entidades que manifestarem interesse em participar do certame, não podendo ser realizada em remessa parcelada, conforme a necessidade da Contratante, conforme especificações contidas no item 6 do Termo de Referência.
4.1.	(X) O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ 475.871,57 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e um real e cinquenta e sete centavos). sendo meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6.1.1.	(X) Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice IPCA - IBGE, conforme XXXX do Termo de Referência.
7.1.	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria abaixo:
15.1.	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme item XXXX do Termo de Referência, Anexo I.
16.1	() Será permitida a subcontratação, conforme Termo de Referência- Anexo I. (X) Não será permitida a subcontratação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente CONTRATO foi lavrado em uma única via, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelas partes.

Teresina (PI), ____ de _____ de 202X.

(NOME DA AUTORIDADE)

ÓRGÃO

CONTRATANTE

(EMPRESA)

(REPRESENTANTE – CARGO)

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

2.

ANEXO III- FOMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Sr. (a) Pregoeiro (a), Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO** ou **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** Nº ____/____

Apresentamos nossa proposta conforme Anexo I (Termo de Referência) que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS:

A Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº estabelecida no (a) _____, para XXXXXXXX visando a contratação de empresa(s) para XXXXXXXXXXXXXXXX para atender demandas da XXXXXXXXXXXXXXXX e demais órgãos e entes que

compõem a Administração Pública Municipal, de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão ou Concorrência em referência, bem como do respectivo Edital e seus Anexos.

O valor total do LOTE/GRUPO _____ é de R\$ _____ (em algarismo e por extenso).

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT ou CATSERV	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	-----------	-------------------------	---------	------------	----------------------------	-------------------------

Valor Total do item ou grupo.....R\$

Validade da Proposta: XXXXX, a contar da data de sua apresentação.

Inclui-se nesta proposta marca/fabricante dos itens respectivos, **quando houver**;

Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes do fornecimento dos serviços do objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

OBS.: É de responsabilidade da licitante preencher corretamente as informações conforme modelo da proposta, incluindo o objeto principal licitado no Edital e Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **Laura de Carvalho Oliveira, Supervisora de Processamento de Contratações Públicas**, em 30/03/2026, às 10:05, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Daniela Barros Silva, Coordenadora de Compras Públicas**, em 30/03/2026, às 10:19, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**, em 30/03/2026, às 10:27, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **14917477** e o código CRC **7B4AD50A**.

Referência: Processo nº 00081.005677/2025-42

SEI nº 14917477

Rua Firmino Pires, 121 - Bairro Centro - - CEP 64001-070 - Teresina - PI
- <http://sema.teresina.pi.gov.br/>



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Teresina

ETURB - Entidade Autárquica Teresinense de Desenvolvimento Urbano

TERMO DE REFERÊNCIA AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS

PREGÃO ELETRÔNICO

MENOR PREÇO POR LOTE

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA E DE PROCESSAMENTO DE DADOS para a elaboração de projetos de regularização FUNDIÁRIA-REURB

Entidade Autárquica de Desenvolvimento Urbano - ETURB

(processo administrativo nº 00081.005677/2025-42)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos de engenharia e de equipamentos de processamento de dados, destinados a atender às necessidades da ETURB – Entidade Autárquica Teresinense de Desenvolvimento Urbano, por meio de recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 966545/2024/MCIDADES/CAIXA.

1.2. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, estruturado em 02 (dois) lotes independentes, cujo julgamento ocorrerá pelo critério de menor preço por lote, conforme especificações constantes em tabela neste Termo de Referência e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.3. Os equipamentos mencionados caracterizam-se como bens permanentes e, após sua aquisição, serão devidamente tombados e incorporados ao patrimônio público municipal, em conformidade com as normas de gestão patrimonial aplicáveis.

2. VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua assinatura, período estimado como suficiente para a entrega dos equipamentos, realização dos testes de funcionamento, execução do treinamento técnico e o recebimento definitivo dos bens.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante justificativa devidamente fundamentada e desde que haja interesse da Administração, nos termos dos arts. **105 e 107 da Lei nº 14.133/2021**.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que estabelece procedimentos para a realização de licitações pelo critério de julgamento de menor preço ou maior desconto, especialmente quando se tratar da utilização de recursos oriundos de transferências voluntárias da União.

3.2. No âmbito do Município de Teresina/PI, aplicam-se de forma complementar as disposições constantes dos Decretos Municipais nº 22.142/2022, nº 24.106/2023, nº 24.107/2023, nº 24.748/2023, nº 24.693/2023 e nº 26.155/2024, que regulamentam a aplicação da Lei nº 14.133/2021 na Administração Pública Municipal.

3.3. Inicialmente, destaca-se que a presente contratação decorre da demanda institucional da Coordenação de Regularização Fundiária – COREFUN, vinculada à Entidade Autárquica de Desenvolvimento Urbano – ETURB, responsável pela condução das ações de Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos Informais Consolidados localizados no município de Teresina/PI.

3.4. Nesse contexto, a execução das atividades de Regularização Fundiária Urbana (REURB) exige a elaboração de diversas peças técnicas, tais como levantamentos topográficos, plantas, memoriais descritivos, mapas georreferenciados, cadastros territoriais e demais documentos técnicos necessários à instrução dos processos administrativos de regularização.

3.5. Ademais, a elaboração dessas peças técnicas deve observar rigorosamente os parâmetros e requisitos estabelecidos pela Lei nº 13.465/2017 e pelo Decreto Federal nº 9.310/2018, que regulamentam os procedimentos da

Regularização Fundiária Urbana no território nacional.

3.6. Diante dessas exigências técnicas e legais, torna-se indispensável a utilização de equipamentos de engenharia e de processamento de dados com capacidade tecnológica adequada, capazes de suportar o tratamento, a análise e a produção das informações técnicas e geoespaciais utilizadas nos processos de regularização fundiária.

3.7. Assim, verifica-se a necessidade de modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica da ETURB, especialmente no âmbito da COREFUN, mediante a aquisição de equipamentos que possibilitem maior eficiência, precisão e celeridade na execução das atividades técnicas relacionadas à regularização fundiária.

3.8. Por fim, a modernização do parque tecnológico contribuirá para aprimorar as condições de trabalho das equipes técnicas e fortalecer a capacidade institucional do Município de Teresina na implementação das políticas públicas de regularização fundiária, garantindo maior efetividade às ações desenvolvidas pela administração pública.

3.9. Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) realizou captação de recursos junto ao Governo Federal no âmbito do **Programa Periferia Viva – Urbanização de Favelas**, política pública voltada à promoção da urbanização, inclusão social e regularização fundiária em áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda.

3.10. Como resultado dessa captação, foi firmado o **Termo de Compromisso nº 966545/2024/MCIDADES/CAIXA**, instrumento que formaliza a transferência de recursos federais destinados à execução de ações de Regularização Fundiária no Bairro Cidade Satélite (atual Satélite), área urbana de significativa extensão territorial e relevância social no município de Teresina/PI.

3.11. A execução das ações previstas no referido instrumento demanda a realização de levantamentos topográficos e geoespaciais detalhados, indispensáveis para a correta identificação, delimitação e caracterização das unidades imobiliárias existentes na área objeto de intervenção, bem como para subsidiar os procedimentos técnicos e jurídicos inerentes à Regularização Fundiária.

3.12. Conforme previsto no Manual de Orientações do Programa Periferia Viva, é admitida a aquisição de equipamentos especializados destinados à realização de levantamentos topográficos e geoespaciais, desde que tais atividades sejam executadas por equipe técnica vinculada à própria administração pública. Nesse sentido, o Município de Teresina assumiu formalmente, no âmbito do Termo de Compromisso mencionado, o compromisso de executar tais levantamentos com equipe técnica própria, atendendo às exigências do programa e garantindo maior economicidade, controle e eficiência na execução das atividades.

3.13. Dessa forma, para viabilizar a execução das atividades técnicas necessárias à implementação do projeto de Regularização Fundiária, torna-se imprescindível a aquisição dos seguintes equipamentos:

a) **3 (três) drones:** destinados à realização de levantamentos aerofotogramétricos de alta precisão, permitindo a captura de imagens aéreas atualizadas, geração de ortomosaicos e modelos digitais do terreno. A utilização dessa tecnologia possibilita a cobertura eficiente de grandes áreas em menor tempo, reduzindo custos operacionais, ampliando a segurança das equipes e garantindo maior qualidade técnica aos dados coletados.

b) **2 (dois) pares de receptores GNSS de precisão (GPS Geodésico):** equipamentos essenciais para a realização de levantamentos topográficos e georreferenciamento com acurácia centimétrica, assegurando confiabilidade técnica às medições necessárias à demarcação de áreas, identificação de limites territoriais e elaboração de projetos de regularização fundiária.

c) **3 (três) workstations profissionais completas de alto desempenho:** destinadas ao processamento de grandes volumes de dados geoespaciais gerados pelos levantamentos realizados com drones e receptores GNSS, incluindo ortomosaicos, nuvens de pontos e modelos digitais de terreno. Tais equipamentos são indispensáveis para a execução adequada de softwares especializados de geoprocessamento e fotogrametria, garantindo eficiência, precisão e produtividade às equipes técnicas responsáveis pelas análises e tratamentos dos dados.

3.14. A aquisição dos equipamentos ora propostos permitirá fortalecer a capacidade técnica e operacional da COREFUN/ETURB, contribuindo para a execução eficiente das atividades de levantamento, processamento e análise de dados geoespaciais necessários aos processos de Regularização Fundiária Urbana.

3.15. Ademais, a presente contratação encontra-se alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e economicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal e reafirmados pela Lei nº 14.133/2021.

3.16. Destaca-se, ainda, que a contratação está em consonância com os instrumentos de planejamento orçamentário do município de Teresina/PI, notadamente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), os quais contemplam ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento urbano e regularização fundiária.

3.17. Diante do exposto, verifica-se que a aquisição dos referidos equipamentos constitui medida necessária, adequada e devidamente justificada para assegurar a correta execução das atividades previstas no Termo de

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

4.1. Os bens objeto da presente contratação são classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 24.107/2023, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações técnicas usuais de mercado.

4.2. A solução pretendida consiste na **aquisição de equipamentos destinados à coleta e ao processamento de dados geoespaciais**, incluindo drone profissional para aerolevantamento, receptores GNSS de precisão e estações de trabalho para processamento de dados cartográficos e fotogramétricos, os quais são amplamente comercializados no mercado por diversos fabricantes e fornecedores, com características técnicas padronizadas e comparáveis.

4.3. As especificações constantes neste Termo de Referência descrevem requisitos mínimos de desempenho, capacidade operacional e compatibilidade tecnológica necessários à execução das atividades de levantamento topográfico, georreferenciamento e processamento de dados geoespaciais no âmbito dos projetos de Regularização Fundiária Urbana – REURB, não envolvendo desenvolvimento tecnológico específico, customização ou soluções de natureza singular.

4.4. Dessa forma, verifica-se que os equipamentos pretendidos possuem **características técnicas objetivamente definidas, padronizadas e disponíveis no mercado**, o que permite a adequada comparação entre propostas e a adoção de **procedimento licitatório com critério de julgamento baseado no menor preço**, conforme previsto na legislação vigente.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS – LOTE 01

5.1. WORKSTATION PROFISSIONAL DE ALTO DESEMPENHO

5.2. Estação de trabalho tipo **Desktop Tower**, destinada ao processamento de dados geoespaciais, modelagem tridimensional, geração de ortomosaicos, manipulação de nuvens de pontos e demais atividades relacionadas a **levantamentos aerofotogramétricos, cartografia e geoprocessamento**.

5.3. Todos os equipamentos adquiridos deverão ser **novos, originais de fábrica, sem uso anterior**, acompanhados de **manuals, cabos, acessórios e demais componentes necessários ao seu pleno funcionamento**.

5.4. Todos os equipamentos deverão possuir **certificações de conformidade aplicáveis**, incluindo **homologações**, quando exigido, e atender integralmente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

5.4.1. **Especificações mínimas (com características equivalentes ou superiores):**

5.4.1.1. **Processador:** A workstation deverá possuir **processador de alto desempenho**, com no mínimo **14 núcleos físicos e 28 threads**, frequência base mínima de **3,0 GHz** e frequência turbo mínima de **5,0 GHz**, compatível com aplicações de engenharia, modelagem tridimensional e processamento de dados geoespaciais.

5.4.1.2. **Memória RAM:** A estação de trabalho deverá possuir **memória RAM mínima de 64 GB do tipo DDR5**, com frequência mínima de **5200 MHz**, instalada em módulos e com possibilidade de expansão para **no mínimo 128 GB**, permitindo o processamento simultâneo de grandes volumes de imagens aéreas, bases cartográficas, ortomosaicos e modelos tridimensionais.

5.4.1.3. **Armazenamento:** O equipamento deverá possuir **armazenamento interno composto por duas unidades de estado sólido do tipo SSD NVMe** sendo **uma unidade com capacidade mínima de 1 TB destinada ao sistema operacional e aplicativos**, e **uma unidade adicional com capacidade mínima de 2 TB destinada ao armazenamento de projetos, bases geoespaciais e arquivos de processamento**

- 1 SSD NVMe mínimo **1 TB para sistema**
- 1 SSD NVMe mínimo **2 TB para projetos**

5.4.1.4. **Placa de vídeo dedicada:** A workstation deverá possuir **placa gráfica dedicada com no mínimo 16 GB de memória do tipo GDDR6 ou superior**, compatível com aplicações de **modelagem tridimensional, renderização, processamento fotogramétrico e manipulação de nuvens de pontos**, bem como suporte a aplicações de processamento gráfico e visualização de dados geoespaciais.

5.4.1.5. **Sistema Operacional:** O equipamento deverá ser fornecido com **sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits devidamente licenciado**, ou versão equivalente compatível com softwares técnicos de engenharia, CAD, geoprocessamento e modelagem tridimensional..

5.4.1.6. **Conectividade mínima:**

- a) Parte frontal: A workstation deverá possuir, em sua parte frontal, **portas USB no padrão USB 3.2, ao menos uma porta USB-C e entrada para headset**.

b) Parte traseira: Na parte traseira, o equipamento deverá possuir **no mínimo quatro portas USB adicionais, uma porta USB-C, uma porta de rede Ethernet RJ-45**, bem como saídas de vídeo do tipo **DisplayPort ou HDMI**, compatíveis com monitores com resolução Full HD ou superior.

5.4.1.7. **Rede:** A estação de trabalho deverá possuir conectividade de rede composta por **interface Ethernet Gigabit, Wi-Fi 6 ou superior e Bluetooth 5.0 ou superior**, permitindo integração com redes cabeadas e sem fio.

5.4.1.8. **Fonte de alimentação:** A workstation deverá possuir **fonte de alimentação interna com potência mínima de 650 W**, com **certificação de eficiência energética 80 Plus Bronze ou superior**, adequada para suportar todos os componentes da configuração ofertada.

5.5. **MONITOR:** A solução deverá acompanhar **monitor profissional**, em quantidade conforme a necessidade da workstation. O monitor deverá possuir **tamanho mínimo de 27 polegadas, resolução mínima Quad HD (2560 × 1440), taxa de atualização mínima de 100 Hz, tempo de resposta máximo de 5 ms, ângulo de visão mínimo de 178° horizontal e 178° vertical, brilho mínimo de 250 cd/m² e taxa de contraste mínima de 3000:1**, utilizando tecnologia de painel do tipo VA, IPS ou equivalente.

5.5.0.1. **Conectividade mínima:** O monitor deverá possuir **no mínimo uma porta HDMI e uma porta DisplayPort ou VGA**, bem como **suporte para montagem padrão VESA**.

5.5.0.2. **Acessórios do monitor:** Deverá acompanhar **cabo de alimentação e cabo de vídeo compatível**, do tipo HDMI ou DisplayPort.

5.6. **TECLADO E MOUSE** (com características equivalentes ou superiores.):

5.6.1. **Teclado:** A workstation deverá acompanhar **teclado com conexão USB**, padrão ABNT2 – Português (Brasil), contendo **teclas multimídia** e adequado para uso corporativo.

5.6.2. **Mouse:** Deverá acompanhar **mouse ergonômico ou com design anatômico adequado para uso prolongado em ambiente de trabalho**, com **conexão USB com fio, tecnologia óptica ou equivalente, resolução mínima de 1000 DPI e roda de rolagem (scroll)**.

5.7. **NOBREAK**(com características equivalentes ou superiores): A solução deverá incluir **nobreak com potência mínima de 1500 VA ou 1050 W**, com **tensão de entrada bivolt automático e tensão de saída de 120 V**, contendo **no mínimo seis tomadas de saída**.

- O equipamento deverá possuir **baterias seladas internas**, bem como **proteção contra surtos elétricos, sobrecarga e curto-circuito**.
- O nobreak deverá possuir **comunicação USB para gerenciamento**, além de **possibilidade de expansão de autonomia por meio de baterias externas de 12 V conectadas em série (24 V)** por meio de **conector padrão SB50 ou equivalente**.

5.8. A solução DO LOTE deverá ser fornecida com **todos os cabos, adaptadores e acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento**, incluindo **cabos de alimentação elétrica compatíveis com o padrão brasileiro de tomadas e cabos de vídeo compatíveis com o monitor fornecido**, garantindo instalação e operação imediata da solução.

6. QUALIDADE E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS LOTE 2

6.1. Todos os equipamentos adquiridos deverão ser **novos, originais de fábrica, sem uso anterior**, acompanhados de manuais, acessórios e demais componentes necessários ao seu pleno funcionamento.

6.1.1. Os **drones** deverão apresentar estabilidade de voo, alta precisão na captação de imagens e compatibilidade com softwares de georreferenciamento e mapeamento utilizados em levantamentos aerofotogramétricos.

6.1.2. Os **receptores GNSS** deverão garantir precisão centimétrica nos levantamentos topográficos, assegurando confiabilidade, durabilidade e desempenho adequado às atividades de georreferenciamento.

6.1.3. Todos os equipamentos deverão possuir **certificações de conformidade aplicáveis**, incluindo **homologação junto à ANATEL**, quando exigido, e atender integralmente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

6.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS – LOTE 02

6.2.1. Os equipamentos deverão possuir características **equivalentes ou superiores** às descritas abaixo.

6.2.2. **DRONE PROFISSIONAL PARA AEROFOTOGRAMETRIA**

6.2.2.1. Drone profissional projetado para aplicações técnicas, tais como mapeamento, inspeções e levantamentos topográficos, equipado com câmera de alta resolução e sistema **RTK para posicionamento centimétrico**, adequado para operações de campo.

6.2.2.2. Especificações técnicas mínimas (drone com características equivalentes ou superiores):

- a) Peso máximo de decolagem: até 1.420 g
- b) Dimensões aproximadas:
 - Dobrado: $260,6 \times 113,7 \times 138,4$ mm
 - Desdobrado: $307,0 \times 387,5 \times 149,5$ mm
- c) Envergadura diagonal: aproximadamente 438,8 mm
- d) Altitude máxima de operação: até 6.000 m
- e) Velocidade máxima horizontal:
 - Frente: até 21 m/s
 - Ré: até 18 m/s
 - Lateral: até 19 m/s
- f) Taxa de subida: até 10 m/s
- g) Taxa de descida: até 8 m/s
- h) Autonomia de voo: até 49 minutos
- i) Tempo de pairado: até 42 minutos
- j) Resistência ao vento: até 12 m/s
- k) Temperatura operacional: -10°C a 40°C
- l) Sistema GNSS compatível com: GPS, Galileo, BeiDou e GLONASS
- m) capacidade de carga útil compatível com sensores e aplicações de aerofotogrametria profissional.

6.2.2.3. ITENS INCLUSOS COM O DRONE

I - O drone deverá ser fornecido com, no mínimo:

- a) 01 aeronave drone
- b) 01 controle remoto RC
- c) 03 baterias
- d) 03 hélices
- e) 01 cabo USB tipo C para carregamento do controle
- f) 01 protetor de gimbal
- g) 03 cabos de dados (Micro USB / USB-C / iOS)
- h) 01 hub de carregamento
- i) Manuais do usuário

II - Deverá acompanhar também **estação GNSS móvel para posicionamento RTK**, contendo:

- a) Estação móvel GNSS D-RTK ou equivalente
- b) Tripé compatível
- c) hub de carregamento
- d) Baterias
- e) Cabos e acessórios necessários ao funcionamento.

6.2.3. RECEPTORES GNSS DE PRECISÃO (GPS GEODÉSICO)

6.2.3.1. Quantidade: **02 (dois) pares**

6.2.3.2. Os receptores GNSS deverão possuir características **equivalentes ou superiores** às seguintes especificações:

6.2.3.3. Especificações técnicas mínimas:

- a) Dimensões aproximadas: 105 mm \times 58 mm
- b) Peso aproximado: 540 g
- c) Grau de proteção: IP68
- d) Resistência a quedas de até 2 metros

- e) Alimentação: 6–28 V DC
- f) Bateria interna: aproximadamente 7,4 V / 5000 mAh
- g) Autonomia média: até 25 horas
- 6.2.3.4. Comunicação:
 - a) USB tipo C
 - b) Rádio UHF 410–470 MHz
 - c) Wi-Fi
 - d) Bluetooth 5.0
- 6.2.3.5. Armazenamento:
 - a) Memória interna mínima de 16 GB
 - b) Suporte a OTG
- 6.2.3.6. Compatibilidade de dados
 - a) RINEX
 - b) RTCM
 - c) NMEA
- 6.2.3.7. Sistema GNSS
 - a) Mínimo de 1698 canais
 - b) Compatível com GPS, GLONASS, BDS, Galileo e QZSS
- 6.2.3.8. Precisão
 - a) Precisão RTK horizontal aproximada: **8 mm + 1 ppm**
 - b) Tempo médio de fixação RTK: 2 a 8 segundos
- 6.2.3.9. Sensores
 - a) IMU de quinta geração
 - b) Suporte a medições inclinadas até 60°
- 6.2.3.10. Temperatura de operação
 - a) Operação: –45 °C a +75 °C
 - b) Armazenamento: –55 °C a +85 °C
- 6.2.4. **BASTÃO TOPOGRÁFICO GEODÉSICO**
- 6.2.4.1. Quantidade: **02 unidades**
- 6.2.4.2. Bastão topográfico geodésico (*com características equivalentes ou superiores*):
 - a) Material: fibra de carbono
 - b) Comprimento: até 3 metros
 - c) Sistema rosqueável em três estágios
 - d) Nível de bolha integrado
 - e) Compatível com receptores GNSS utilizados em levantamentos RTK
 - f) Acompanhado de estojo para transporte e proteção.

7. GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

7.1. A Administração da ETURB estabeleceu uma sequência de ações críticas, desde a fase pré-contratual até a gestão inicial, para garantir a legalidade, a capacidade técnica interna e a fiscalização eficaz do fornecimento dos equipamentos.

7.2. Pré-Contratual e Habilitação (Ações Iniciais)

7.2.1. **Verificação:** O Setor de Contratos e a Comissão de Licitação devem verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa vencedora e comprovar sua estrutura de assistência técnica em território nacional.

7.3. **Recebimento e Pagamento (Fase Final)**

7.3.1. **Recebimento Provisório:** O Fiscal Administrativo prepara o local e recebe cada lote em remessa única.

7.3.2. **Testes e Aceite Definitivo:** O Fiscal Técnico e os Operadores têm **15 dias úteis** para realizar testes de funcionamento, validar a acurácia dos GNSS e confirmar a conclusão do treinamento. O Aceite Definitivo só ocorre após a validação completa (equipamento + capacitação).

7.4. **Treinamento/Capacitação** fornecido pela Contratada do Lote 2(Equipamentos Geoespaciais - Drones e GNSS). A Administração deve formalmente indicar os servidores técnicos da ETURB que receberão o treinamento.

7.4.1. Aceite condicional: O Aceite Definitivo do Lote 2 está explicitamente condicionado à conclusão satisfatória deste treinamento.

7.5. **Pagamento:** Após o Aceite Definitivo, o Fiscal Administrativo atesta a Nota Fiscal, permitindo que o Gestor do Contrato inicie o Processo Administrativo de Pagamento (SEI). A despesa deve ser liquidada em, no máximo, **30 dias**.

7.6. Garantia e Manutenção (Obrigações do Fornecedor)

7.6.1. **Prazo:** Garantia mínima de **12 meses** (ou mais, se o fabricante oferecer), contada a partir do dia útil subsequente ao **recebimento definitivo**.

7.6.2. **Assistência:** O fornecedor deve prestar **manutenção corretiva** (substituição de peças novas e originais, ajustes, reparos) sem qualquer custo adicional para a ETURB.

7.6.3. **Prazo de Reparo:** O reparo ou substituição deve ser realizado em até **10 dias úteis** após a retirada do equipamento.

7.6.4. **Prorrogação e Substituição:** Em caso de prorrogação do prazo de reparo, o fornecedor deve disponibilizar um **equipamento equivalente** para a ETURB, garantindo a continuidade dos trabalhos.

7.6.5. **Vigência:** A garantia possui prazo próprio, **desvinculado** da vigência contratual.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação foi apurado com base na mediana dos preços obtidos em pesquisa realizada no sistema Banco de Preços, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, totalizando o montante de **R\$ 490.090,00 (quatrocentos e noventa mil e noventa reais)**.

8.1.1. A estimativa foi elaborada considerando os valores praticados no mercado para equipamentos com características técnicas compatíveis com as especificações constantes neste Termo de Referência, assegurando-se a observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

8.1.2. Registra-se que não foi utilizada Ata de Registro de Preços vigente, tendo em vista a inexistência de instrumento que atendessem simultaneamente às especificações técnicas e aos quantitativos necessários para a execução do objeto pretendido.

8.1.3. Para fins de organização da contratação, o objeto foi estruturado em dois lotes, sendo estimado o valor de **R\$ 109.221,00 (cento e nove mil, duzentos e vinte e um reais)** para o Lote 1 e **R\$ 380.869,00 (trezentos e oitenta mil, oitocentos e sessenta e nove reais)** para o Lote 2.

8.1.4. Considerando os valores estimados para cada lote, verifica-se que ambos ultrapassam o limite legal estabelecido para realização de licitação exclusiva destinada à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.5. Dessa forma, o procedimento licitatório será destinado à ampla concorrência, assegurando-se, entretanto, às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte o tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à possibilidade de regularização fiscal tardia e à aplicação do critério de desempate ficto, quando cabível.

8.1.6. Admite-se, ainda, a participação de Microempreendedor Individual (MEI), desde que compatível com o enquadramento legal da atividade econômica e demonstrada a capacidade técnica e operacional para execução do objeto, nos termos da legislação aplicável.

8.2. VALOR ESTIMADO TABELAS LOTE 1 (um) e 2 (dois)

8.2.1. Tabela Lote 1 (um)

EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO

DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATMAT	E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ VALOR UNIT.	R\$ VALOR TOTAL
PC Workstation (Equipamento de Processamento de Dados) completo	630377	50047	Und	3	R\$36.407,00	R\$109.221,00
TOTAL DOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO LOTE 1 POR EXTENSO: CENTO E NOVE MIL DUZENTOS E VINTE E UM REAIS						R\$109.221,00

8.2.2. **Tabela Lote 2 (dois)**

LOTE 2	EQUIPAMENTOS GEOESPACIAIS E CAPACITAÇÃO.						
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATMAT	E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE.	R\$ VALOR UNIT.	R\$ VALOR TOTAL.
1	Drone profissional projetado para aplicações técnicas.	614916	50046	Und	3	R\$ 73.623,00	R\$ 220.869,00
2	Pares de Receptores GNSS de precisão (GPS Geodésico), receptor gnss – rtk com 4gb de memória interna para 400 horas com intervalo	481645	50048	Und	2	R\$ 80.000,00	R\$160.000,00
TOTAL DOS EQUIPAMENTOS DE TOPOGRAFIA LOTE 2 POR EXTENSO: TREZENTOS E OITENTA MIL, OITOCENTOS E SESENTA E NOVE REAIS.							R\$ 380.869,00

8.2.2.1. **VALOR TOTAL DA PROPOSTA COMO UM TODO LOTE 1 E 2: Quatrocentos e noventa mil e noventa reais.**

8.3. A empresa vencedora do Lote 2 deverá realizar **treinamento técnico presencial mínimo de 16 horas (2 dias)** destinado aos servidores indicados pela ETURB, contemplando operação dos drones, utilização dos receptores GNSS, coleta de dados geoespaciais e boas práticas de operação e segurança.. O Treinamento será realizado nas instalações da **ETURB** (ou) em local apropriado, previamente aprovado pela Fiscalização da ETURB, na cidade de Teresina/PI.

8.4. Em caso de divergência, contradição ou ambiguidade entre a descrição detalhada do bem ou solução constante deste Termo de Referência (TR) e eventuais codificações associadas, tais como CATMAT (Catálogo de Materiais), e-govern prevalecerá integralmente o descritivo técnico e qualitativo estabelecido neste instrumento, em todas as suas especificações, exigências e condições.

8.5. A codificação terá caráter meramente complementar e auxiliar e de exigências operacionais do sistema ComprasGov, caberá ao licitante a obrigação de conferir a compatibilidade entre o código eventualmente indicado e o descritivo do TR, abstendo-se de alegar desconhecimento, equívoco ou controvérsia decorrentes de eventual descompasso entre tais elementos. A participação no certame implica aceitação expressa desta cláusula, renunciando-se a quaisquer questionamentos futuros baseados em suposta incongruência entre descrição e codificação.

9. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o transcurso do interregno de 1 (um) ano, e desde que haja prorrogação da vigência contratual ou execução contratual que ultrapasse esse período, os preços poderão ser reajustados, a pedido da contratada, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.3. O reajuste deverá ser solicitado pela contratada e será calculado com base na variação acumulada do IPCA/IBGE, tomando-se por referência a data do orçamento estimado da contratação.

9.4. Independentemente do reajuste, poderá haver revisão dos preços para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que comprovadamente impactem de forma significativa os custos de execução do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.5. A solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser devidamente fundamentada e instruída com documentação comprobatória que demonstre a efetiva ocorrência do fato superveniente e seus impactos sobre os custos da contratação, cabendo à Administração proceder à análise técnica e jurídica quanto à pertinência do pedido.

9.6. Eventuais alterações decorrentes do reajuste ou da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro serão formalizadas na forma legalmente cabível, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

10. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

10.1. A participação de cooperativas não se mostra adequada à presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de equipamentos tecnológicos especializados, que demandam garantia técnica, assistência especializada e suporte pós-venda prestados diretamente por fabricantes ou por empresas representantes comerciais devidamente autorizadas. Tais exigências pressupõem estrutura empresarial organizada, com responsabilidade técnica, logística e comercial claramente definida, necessária para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento, manutenção, substituição de equipamentos e atendimento em garantia.

10.2. Nesse contexto, a forma de organização jurídica das cooperativas, baseada na atuação de cooperados sem vínculo empresarial típico, pode dificultar a padronização dos procedimentos técnicos e a responsabilização direta pela execução das obrigações contratuais. Ressalta-se, contudo, que tal vedação **não implica restrição indevida à competitividade**, considerando que o mercado dispõe de número significativo de empresas organizadas sob a forma societária empresarial aptas a atender integralmente às exigências do certame.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. As propostas apresentadas deverão atender integralmente às especificações técnicas e às condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo apresentar preços compatíveis e exequíveis em relação à pesquisa de mercado realizada pela Administração, bem como estar acompanhadas da documentação necessária à comprovação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1. Serão desconsideradas propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os valores de mercado ou que não atendam às exigências técnicas e legais previstas neste Termo de Referência.

11.1.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

11.2. Habilitação Jurídica

11.2.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação de:

11.2.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.2.1.2. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

11.2.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro

Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.2.1.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.2.1.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz.

11.2.1.6. **Sociedade empresária estrangeira:** decreto de autorização para funcionamento no País.

11.2.1.7. **Documento oficial de identificação do representante legal** da empresa que subscreverá a proposta ou firmará o contrato.

11.2.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.3.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

11.3.1.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ**.

11.3.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados.

11.3.1.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.3.1.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.3.1.5. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

11.3.1.6. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da legislação vigente.

11.3.1.7. Caso o fornecedor seja considerado **isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual**, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.1.8. O fornecedor enquadrado como **Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)** deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo assegurado o prazo para regularização, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**.

11.3.1.9. A não regularização da documentação no prazo legal implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

11.4. Qualificação Econômico-Financeira

11.4.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação do **balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

11.4.2. Deverá ser apresentada **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na ausência deste, emitida há no máximo **90 (noventa) dias** da data de apresentação da proposta.

11.4.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa será realizada mediante a apuração dos seguintes índices contábeis, obtidos a partir do balanço patrimonial:

Liquidez Geral (LG)

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

Solvência Geral (SG)

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

Liquidez Corrente (LC)

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

11.4.3.1. Os índices fixados acima deverão ser **iguais ou superiores a 1 (um)** e deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

11.4.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao **último exercício social**, no caso de a pessoa jurídica ter

sido constituída há menos de **2 (dois) anos**.

11.4.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela **Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**.

11.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**, devidamente registrado na forma da legislação aplicável.

11.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser **atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo fornecedor.

11.5. Qualificação Técnica

11.5.1. Para comprovação da capacidade técnica, o licitante deverá apresentar **atestados de capacidade técnica** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a aptidão para o fornecimento de bens similares, em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação.

11.5.2. Os atestados deverão demonstrar experiência no fornecimento de equipamentos compatíveis com o objeto da contratação, tais como drones profissionais, receptores GNSS, estações de trabalho (workstations) e demais equipamentos destinados a atividades de levantamento topográfico, georreferenciamento ou processamento de dados geoespaciais.

11.5.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

11.5.4. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.5.5. A Administração poderá solicitar documentos complementares que comprovem a legitimidade das informações constantes dos atestados, tais como cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local de execução do objeto.

11.6. Disposições Gerais sobre Habilitação

11.6.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação poderão ser atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.6.2. Na hipótese de fornecedor estrangeiro vencedor do certame, os documentos exigidos para habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do Decreto nº 8.660/2016, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.6.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.6.4. Se o fornecedor for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto nos casos em que, pela própria natureza do documento, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

11.6.5. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações apresentadas e a autenticidade dos documentos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Modalidade e Critério de Julgamento

12.1.1. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, adotando-se o critério de julgamento **menor preço por lote**, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021 e conforme definido no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

12.2. Validade das Propostas

12.2.1. As propostas apresentadas pelos licitantes deverão possuir **validade mínima de 90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

12.3. Modo de Disputa

12.3.1. O procedimento licitatório adotará o **modo de disputa aberto e fechado**, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Critérios de Desempate

12.4.1. Em caso de empate entre propostas, serão observados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, aplicados na seguinte ordem:

I - disputa final entre os licitantes empatados, podendo ser apresentada nova proposta;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, quando houver registros disponíveis;

III - desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - desenvolvimento de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.4.1.1. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios legais, será assegurado o tratamento favorecido às **microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

12.5. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

12.5.1. Local de Entrega

12.5.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues na **sede da Entidade Autárquica Teresinense de Desenvolvimento Urbano – ETURB**, localizada na **Rua Clodoaldo Freitas, nº 664, Centro-Norte, Teresina/PI**.

12.5.2. Prazo de Entrega

12.5.2.1. O prazo máximo para entrega dos equipamentos será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da **Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento**.

12.5.2.2. Tal prazo considera a disponibilidade dos equipamentos no mercado e a necessidade de execução tempestiva do projeto vinculado ao **Termo de Compromisso nº 966545/2024**.

12.5.3. Condições de Entrega

12.5.3.1. Os equipamentos deverão ser fornecidos:

I - novos, sem uso anterior;

II - originais de fábrica;

III - acondicionados em embalagem original do fabricante;

IV - acompanhados da respectiva **nota fiscal**, manual técnico e **termo de garantia**.

12.5.3.2. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento dos bens, incluindo **transporte, frete, seguro, embalagem e demais encargos necessários à entrega no local indicado pela Administração**.

12.6. RECEBIMENTO DO OBJETO E TESTES DE ACEITAÇÃO

12.6.1. O recebimento do objeto observará o disposto no **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**, sendo realizado em duas etapas:

12.6.1.1. Recebimento Provisório: o recebimento provisório ocorrerá em até **3 (três) dias úteis** após a entrega dos equipamentos, mediante conferência quantitativa e verificação preliminar das condições do material entregue.

12.6.1.2. Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo ocorrerá em até **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento provisório, período destinado à instalação dos equipamentos, realização de testes de funcionamento e validação técnica dos itens fornecidos.

12.6.2. Durante essa etapa, serão realizados testes operacionais destinados a verificar o pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo a **validação da acurácia dos receptores GNSS e a compatibilidade dos sistemas de processamento de dados geoespaciais**.

12.6.3. O aceite definitivo também estará condicionado à **realização satisfatória da capacitação ou treinamento técnico dos operadores indicados pela Administração**, quando previsto no objeto da contratação.

12.6.4. Somente após a conclusão satisfatória dessa etapa será emitido o **Termo de Recebimento Definitivo**.

12.7. ATESTO E PROCESSAMENTO DO PAGAMENTO

12.7.1. Na fase de entrega, o **Fiscal Administrativo do contrato** deverá providenciar a organização do local para recebimento dos equipamentos.

12.7.2. Após o recebimento provisório, o **Fiscal Técnico**, em conjunto com os operadores indicados pela Administração, realizará os testes de funcionamento e validação técnica dos equipamentos, no prazo estabelecido para recebimento definitivo.

12.7.3. Concluída essa etapa e verificada a conformidade dos bens com as especificações técnicas e condições contratuais, será emitido o **aceite definitivo**, momento em que o Fiscal Administrativo procederá ao **atesto da nota fiscal**.

12.7.4. O atesto da nota fiscal constitui o marco para abertura do **processo administrativo de pagamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI** cabendo ao gestor do contrato a adoção das providências necessárias à liquidação da despesa, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, conforme as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

13. DA SUBCONTRAÇÃO

13.1. A vedação à subcontratação total ou parcial do fornecimento, cessão ou transferência do objeto desta contratação justifica-se pela necessidade de garantir a **qualidade, a rastreabilidade e a responsabilidade integral** do fornecedor. Uma vez que o objeto envolve a aquisição de **equipamentos de alta precisão** (drones, receptores GNSS e workstations..) essenciais para criação de peças técnicas para constituir o projeto de Regularização Fundiária, a execução integral por parte da Contratada garante que as **garantias técnicas, o suporte pós-venda e a conformidade** sejam de responsabilidade única da empresa selecionada por sua qualificação no processo licitatório. Além disso, a vedação simplifica a **gestão e fiscalização contratual** dos lotes, assegurando que a Contratada adjudicatária execute a totalidade do fornecimento de cada lote com seus próprios meios. Tal medida protege o interesse público, preservando a segurança jurídica e a eficiência na aquisição dos bens.

14. SUSTENTABILIDADE

14.1. A presente contratação observa os critérios de sustentabilidade previstos no **art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, buscando promover o desenvolvimento nacional sustentável e a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais durante o ciclo de vida dos bens adquiridos.

14.2. Nesse sentido, a especificação dos equipamentos prioriza soluções tecnológicas que apresentem **maior durabilidade, eficiência operacional e possibilidade de manutenção**, de modo a ampliar a vida útil dos equipamentos e reduzir a geração de resíduos eletrônicos.

14.3. Os fornecedores deverão observar boas práticas relacionadas ao **descarte ambientalmente adequado de baterias, componentes eletrônicos e demais resíduos gerados pelos equipamentos**, em conformidade com a legislação ambiental aplicável, especialmente no que se refere à gestão de resíduos sólidos e à logística reversa.

14.4. As diretrizes de sustentabilidade consideradas nesta contratação encontram-se detalhadas no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, que fundamenta a escolha da solução tecnológica adotada pela Administração.

15. FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado após o **recebimento definitivo dos equipamentos**, mediante apresentação da **nota fiscal devidamente atestada pelo servidor competente**, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, por meio de **ordem bancária**, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

15.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à Contratante **solicitação de pagamento devidamente protocolada**, acompanhada dos seguintes documentos:

15.2.1. cópia legível da **nota de empenho**;

15.2.2. **nota fiscal ou nota fiscal-fatura**, devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento do objeto, após sanadas eventuais irregularidades constatadas;

15.2.3. **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;

15.2.4. **Certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal** ;

15.2.5. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** ;

15.2.6. cópias do **contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e respectivos aditivos** , quando houver.

15.3. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível que a Contratada proceda à **abertura de Processo Administrativo de Pagamento**, a ser realizado por meio do **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, mediante protocolo eletrônico pelo endereço **processoeletronico@pmt.pi.gov.br**.

15.4. Para tanto, será necessário o **cadastro de usuário da empresa fornecedora** no portal eletrônico disponibilizado pela Prefeitura de Teresina, no endereço eletrônico **<https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>**, sob orientação e acompanhamento da **Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI**, podendo ser obtidas informações adicionais pelo telefone (86) 3215-7592 ou pelo e-mail **processoeletronico@pmt.pi.gov.br**.

15.5. O pagamento somente será autorizado após o **atesto do servidor competente na nota fiscal apresentada**, bem como após a verificação da **manutenção das condições de habilitação exigidas no edital**.

15.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será **notificada para que providencie as medidas saneadoras**.

15.7. Será considerada como **data do pagamento** o dia em que constar como emitida a **ordem bancária para pagamento**.

15.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada **consulta para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital**.

15.9. Constatada situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua **notificação formal**, para que,

no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou apresente defesa. Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

15.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará aos **órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal** quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam adotadas as medidas cabíveis para garantia do crédito público.

15.11. Persistindo a irregularidade, a Administração poderá **adotar as medidas necessárias à rescisão contratual**, assegurando-se à contratada o contraditório e a ampla defesa.

15.12. Caso haja **execução regular do objeto contratual**, os pagamentos poderão continuar sendo realizados até que se decida pela rescisão contratual.

15.13. Somente por motivo de **economicidade, segurança nacional ou relevante interesse público**, devidamente justificado pela autoridade máxima da Administração, poderá ser mantida a execução do contrato com contratada em situação de irregularidade.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a **retenção tributária prevista na legislação aplicável**.

15.15. A contratada optante pelo **Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos tributos abrangidos por esse regime. Contudo, o pagamento ficará condicionado à apresentação de **comprovação documental de enquadramento no referido regime tributário**.

15.16. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira, calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira

15.17. O índice de compensação financeira será calculado da seguinte forma:

$$I = (TX / 100) / 365$$

Sendo:

TX = 6% (taxa anual)

Portanto:

$$I = 0,00016438$$

16. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas administrativamente caso incorram nas infrações enumeradas no **art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021**, após regular procedimento administrativo de apuração.

16.2. O licitante ou contratado ficará sujeito à aplicação de **multa**, nas seguintes modalidades:

16.2.1. Multa moratória

16.2.1.1. Aplicável na forma estipulada no contrato, em razão de atraso injustificado na execução das obrigações assumidas.

16.2.2. Multa compensatória

16.2.2.1. Aplicada de acordo com os seguintes parâmetros:

I - **de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento)** do valor estimado da licitação ou do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

II - **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado da licitação ou do valor contratado, para aquele que:

a) recusar-se a efetuar o reforço de garantia contratual, quando exigido.

III - **20% (vinte por cento)** sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato, ressalvados os casos de aplicação exclusiva da penalidade de advertência.

IV - **30% (trinta por cento)** sobre o valor estimado da licitação ou do valor contratado, para aquele que:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846/2013**;
- f) entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que se destina ou fora das especificações contratadas;
- g) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) der causa à inexecução total do contrato.

16.3. Outras Sanções Administrativas

16.3.1. Sem prejuízo da aplicação de multa, o cometimento das infrações previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021** poderá sujeitar o licitante ou contratado às seguintes sanções:

- I - **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- II - **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Teresina, pelo período de **6 (seis) meses a 2 (dois) anos**, quando der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração.
- III - **Impedimento de licitar e contratar** pelo período de **1 (um) ano a 3 (três) anos**, quando der causa à inexecução total do contrato.
- IV - **Impedimento de licitar e contratar** pelo período de **1 (um) mês a 6 (seis) meses**, quando deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- V - **Impedimento de licitar e contratar** pelo período de **2 (dois) meses a 1 (um) ano**, quando não mantiver a proposta.
- VI - **Impedimento de licitar e contratar** pelo período de **3 (três) meses a 2 (dois) anos**, quando não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação.
- VII - **Impedimento de licitar e contratar** pelo período de **3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses**, quando ensejar o retardamento da execução do objeto.
- VIII - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo período de **3 (três) a 6 (seis) anos**, quando:
 - a) apresentar documentação falsa;
 - b) fraudar a licitação;
 - c) comportar-se de modo inidôneo;
 - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) praticar ato lesivo previsto na **Lei nº 12.846/2013**.

16.4. Aplicação das Sanções

16.4.1. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a **pena mais grave**, ou, sendo iguais, apenas uma delas, aumentada de **1/3 até a metade**, de forma motivada.

16.4.2. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a **obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração**, conforme art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4.3. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas **cumulativamente com multa**, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4.4. Antes da aplicação de qualquer penalidade será assegurado ao interessado **direito de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, conforme art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

16.4.5. Caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração, a diferença poderá ser **descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente**, nos termos do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em **processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa**, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Responsabilização por Atos Lesivos

16.5.1. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)** serão apurados e julgados conjuntamente, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

16.5.2. Havendo indícios da prática de ato lesivo à Administração Pública, cópias do processo administrativo serão encaminhadas à autoridade competente para ciência e eventual instauração de **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR**.

16.6. Publicidade das Sanções

16.6.1. O órgão contratante deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

16.7. Reabilitação

16.7.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser objeto de **reabilitação**, na forma prevista no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

16.8. Compensação de Débitos

16.8.1. Os débitos do contratado decorrentes de multas administrativas ou indenizações poderão ser **compensados com créditos devidos pela Administração**, resultantes deste ou de outros contratos administrativos celebrados com o mesmo órgão.

16.9. Recusa em Assinar o Contrato

16.9.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração caracterizará **descumprimento total da obrigação assumida**, sujeitando-o às penalidades cabíveis e à perda da garantia de proposta, conforme previsto no **art. 45, §4º do Decreto Municipal nº 24.748/2023**.

17. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

17.1. **Obrigações da Contratada:**

17.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

17.1.2. Efetuar a entrega dos **equipamentos** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

17.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos.

17.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

17.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17.1.7. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do produto.

17.1.8. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à ETURB ou a terceiros em razão de ação ou omissão.

17.1.9. Entregar os produtos respeitando as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, no que couber.

17.1.10. Promover a **destinação final ambientalmente adequada** sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de baterias, pilhas e componentes eletrônicos.

17.1.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

17.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao

contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

17.2. Obrigações da Contratante:

17.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;

17.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

17.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

17.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

17.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

17.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

17.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

17.2.8. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

17.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.2.10. Fornecer à Contratada as informações necessárias para o adequado cumprimento do objeto da contratação

17.2.11. Designar servidor para atuar como Fiscal responsável pelo acompanhamento, inspeção, conferência e atesto do fornecimento e recebimento dos equipamentos.

17.2.12. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, assegurando a conferência física, quantitativa e documental conforme as especificações contratuais;

17.2.13. Comunicar formalmente à Contratada eventuais irregularidades ou não conformidades constatadas nos produtos entregues, solicitando correções ou substituições.

17.2.14. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, após atesto do recebimento definitivo.

17.2.15. Garantir o acesso da Contratada às instalações necessárias para a entrega dos produtos e para a execução do Treinamento (Lote 2);

17.2.16. Assegurar o cumprimento das condições previstas neste Termo de Referência e no contrato firmado entre as partes.

17.2.17. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

17.2.18. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

17.2.19. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

18. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. A execução do contrato decorrente deste Termo de Referência será acompanhada e fiscalizada pela Administração da ETURB, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 22.166/2022, observando-se os princípios da eficiência, da transparência e da adequada gestão dos recursos públicos.

18.2. Gestão do Contrato

18.2.1. A gestão do contrato será exercida por servidor formalmente designado pela autoridade competente da ETURB, que atuará como **Gestor do Contrato**, cabendo-lhe coordenar o acompanhamento da execução contratual, assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas e adotar as providências administrativas necessárias ao bom andamento do ajuste.

18.2.2. Compete ao Gestor do Contrato:

- I - acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos e legais;
- II - manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, registrando todas as ocorrências relevantes;
- III - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a vigência do contrato;
- IV - supervisionar as atividades dos fiscais designados para acompanhamento da execução;
- V - adotar as providências necessárias para a formalização de aditivos, prorrogações ou eventuais ajustes contratuais;
- VI - encaminhar para pagamento as notas fiscais devidamente atestadas pelo fiscal competente;
- VII - elaborar relatório final de execução contratual ao término da vigência do contrato.

18.3. **Fiscalizações do Contrato**

18.3.1. A fiscalização da execução contratual será realizada por **Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo**, devidamente designado pela ETURB, podendo contar com substitutos em caso de impedimento.

18.3.2. **Fiscal Técnico**

18.3.2.1. O Fiscal Técnico será responsável pelo acompanhamento da execução do objeto sob o aspecto técnico, especialmente quanto à conformidade dos equipamentos fornecidos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

18.3.2.2. Compete ao Fiscal Técnico:

- I - acompanhar e avaliar a entrega dos equipamentos previstos nos Lotes 1 e 2;
- II - verificar a conformidade técnica dos equipamentos entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- III - realizar os testes de funcionamento dos equipamentos, incluindo verificação de desempenho das workstations, operação dos drones e aferição da precisão dos receptores GNSS;
- IV - acompanhar a realização do treinamento técnico previsto para os equipamentos do Lote 2;
- V - registrar em relatório todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual;
- VI - comunicar ao gestor do contrato quaisquer irregularidades ou inconformidades identificadas;
- VII - solicitar à contratada a substituição ou correção de equipamentos que apresentem defeitos ou não atendam às especificações técnicas.

18.3.3. **Fiscal Administrativo**

18.3.3.1. O Fiscal Administrativo será responsável pelo acompanhamento dos aspectos administrativos relacionados ao recebimento dos bens, documentação fiscal e regularidade da execução contratual.

18.3.3.2. Compete ao Fiscal Administrativo:

- I - acompanhar os prazos de entrega dos equipamentos;
- II - conferir a documentação apresentada pela contratada no ato da entrega;
- III - realizar o recebimento provisório dos equipamentos;
- IV - verificar a regularidade fiscal da contratada antes do encaminhamento do pagamento;
- V - atestar as notas fiscais após a confirmação do recebimento definitivo;
- VI - registrar ocorrências administrativas relacionadas à execução do contrato .

18.4. **Recebimento dos Equipamentos**

18.4.1. O recebimento dos equipamentos será realizado em duas etapas:

18.4.1.1. Recebimento Provisório: o recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Administrativo no prazo de até **3 (três) dias úteis**, contados da entrega dos equipamentos na sede da ETURB, mediante conferência física e documental dos itens entregues.

18.4.1.2. Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo será realizado pelo Fiscal Técnico no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento provisório, período destinado à:

- a) Realização de testes de funcionamento dos equipamentos;
- b) Verificação da acurácia dos receptores GNSS;
- c) Validação da operação dos drones;
- d) Avaliação do desempenho das workstations;
- e) Realização do treinamento técnico previsto para os equipamentos do Lote 2.

18.4.1.3. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a comprovação do pleno funcionamento dos equipamentos e da conclusão satisfatória do treinamento técnico.

18.5. **Registros de Ocorrências**

18.5.1. Durante a execução contratual, todas as ocorrências relevantes deverão ser registradas em relatório ou documento próprio, contendo:

- a) Descrição da ocorrência;
- b) Data do registro;
- c) Providências adotadas;
- d) Prazo para correção, quando aplicável.

18.5.1.1. Caso sejam identificadas irregularidades na execução contratual, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização.

18.6. **Comunicações entre as Partes**

18.6.1. Todas as comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer formalmente por escrito, podendo ser realizadas por meio de correspondência eletrônica institucional ou por meio de processo administrativo eletrônico, garantindo o adequado registro das interações relacionadas à execução contratual.

18.7. **Encerramento da Execução Contratual**

18.7.1. Ao término da vigência do contrato, o Gestor do Contrato deverá elaborar **relatório final de execução**, contendo:

- a) Avaliação do cumprimento das obrigações contratuais;
- b) Registro de eventuais ocorrências ou penalidades aplicadas;
- c) Análise da adequação dos equipamentos fornecidos às necessidades da Administração;
- d) Recomendações para futuras contratações semelhantes.

19. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento da Prefeitura Municipal de Teresina (PI)**, no âmbito da **Entidade Autárquica Teresinense de Desenvolvimento Urbano – ETURB**.

19.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - **Gestão/Unidade:** 20001 – Entidade Autárquica Teresinense de Desenvolvimento Urbano – ETURB;
- II - **Fonte de Recursos:** 1700 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União;
- III - **Programa de Trabalho:** 16.127.0024.2665 – Regularização Fundiária;
- IV - **Elemento de Despesa:** 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente;
- V - **Plano Interno / Código de Aplicação:** 110.

19.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da respectiva **Lei Orçamentária Anual – LOA** e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

20. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, observadas as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, da legislação municipal aplicável e das demais normas pertinentes à matéria.

20.2. A participação no certame implica plena concordância do licitante com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

20.3. A Administração poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como solicitar informações adicionais que se façam necessárias para a adequada análise das propostas e da documentação apresentada pelos licitantes, nos termos da legislação vigente.

20.4. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os documentos que compõem a fase preparatória da contratação.

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Layene Rafaela Andrade Abreu de Carvalho

Assistente Social
Corefun-Eturb

Verlane Marques da Silva

Assistente Social
Corefun-Eturb

Felipe André Pereira Cruz

Engenheiro Agrimensor
Corefun-Eturb

VISTO/APROVAÇÃO

Derivan Abreu Gonçalves

Coordenador Especial da Coordenação de Regularização Fundiária



Documento assinado eletronicamente por **Layene Rafaela Andrade Abreu de Carvalho**, Assistente Social, em 12/03/2026, às 09:44, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Verlane Marques da Silva**, Assistente Social, em 12/03/2026, às 09:45, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe André Pereira Cruz**, Engenheiro Agrimensor, em 12/03/2026, às 09:56, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Derivan Abreu Gonçalves**, Diretor de Coordenação Especial de Regularização Fundiária, em 12/03/2026, às 11:59, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **14706776** e o código CRC **DA31AB26**.